

Governo aumentará juros para rolar a dívida do Rio

Em contrapartida, a parcela de 20% que teria que ser paga em ativos estaduais sofrerá redução

Maria Luiza Abbott e
Adriana Chiarini

• BRASÍLIA. O Governo federal vai propor a redução da parcela de 20% da dívida do Rio que teria que ser paga em ativos estaduais no acordo de rolagem dos débitos. Em contrapartida, os juros cobrados do Governo do estado no refinanciamento da dívida de R\$ 10 bilhões serão maiores do que os 6% ao ano mais variação do IGP-DI (inflação) que estão sendo pagos pelos outros nove estados que já fecharam acordo com o Governo. A proposta deverá ser discutida hoje na reunião do secretário de Planejamento, Marco Aurélio Alencar, com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

Estado não tem ativos suficientes para dar a rolagem

O motivo para a mudança é que o Estado do Rio não tem ativos suficientes para cobrir os R\$ 2 bilhões que seriam necessários para a rolagem do débito. Como a exigência de dar ativos no valor de 20% da dívida a ser renegociada já foi cumprida pelos demais estados, o Governo federal não poderia reduzir a parcela sem repassar a vantagem aos outros governadores. A saída foi aumentar os juros para o refinanciamento da dívida do Rio. A nova alternativa, no entanto, poderá ser estendida a outros estados.

A dívida do Rio é de cerca de R\$ 10 bilhões. Só para privatizar o Banerj, o Governo federal terá que liberar mais de R\$ 2 bilhões e

o preço mínimo do banco não chega a R\$ 500 milhões. Ainda não estão decididos quais os percentuais dos juros e da nova parcela mínima de entrada.

O secretário Marco Aurélio Alencar espera fechar o acordo na semana que vem. O diretor do Banco Central para dívida dos estados, Paolo Zaghen, disse que acha possível ter uma solução até a próxima semana, mas acha melhor não fixar prazos. Segundo Zaghen, quanto mais rápido se resolver as condições de financiamento, melhor é para a privatização do Banerj.

Cerca de 80% das receitas são para pagamento de pessoal

Uma das dificuldades é que o Governo do Rio não aceita que a parte das receitas líquidas do estado usada no pagamento de juros, hoje em 6%, passe para algo entre 11% e 13%, que é o limite já negociado com os outros estados. O estado compromete mais de 80% de suas receitas líquidas com pagamento de pessoal e, por isso, não teria condições de comprometer outros 13% com encargos financeiros.

Zaghen disse que espera vender o Banerj em um mês. Ele explicou que o leilão, que já adiado duas vezes, não foi remarcado para janeiro por causa do início da liquidação da parte podre do Banerj. No caso do Banespa, a expectativa é que o grupo de trabalho dos Governos federal e estadual de São Paulo assinem todos os contratos de financiamento até semana que vem. ■